

Rodrigues, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*, Rio de Janeiro, UFRJ/Biblioteca Nacional, 2006. (orgs: Yvonne Maggie e Peter Fry)

Lilia Katri Moritz Schwarcz  
Professora do Departamento de Antropologia – USP

Um dia, não há muitos meses, assistia eu a um candomblé próximo da porta que dava onde dançava uma rapariga em estado de santo. Notei que uma mulher negra, moça ainda, que se achava ao meu lado seguia a dança com a maior atenção. Perguntei-lhe se também tinha santo e qual ele era. Respondeu-me que tinha santo, mas ainda não o tinha podido fazer por falta de recursos para a festa da iniciação, que ela estava, porém, se preparando e me pedia que a auxiliasse com uma esmola. (Rodrigues, 2006)

Por mais estranho que possa parecer, esse pequeno relato faz parte de um longo ensaio científico escrito pelo médico maranhense Nina Rodrigues, professor da Escola de Medicina da Bahia. O texto, chamado “O animismo fetichista dos negros baianos”, fora publicado originalmente na *Revista Brasileira* entre 1896 e 1897, em quatro capítulos diferentes. No ano de 1935, os artigos seriam editados sob a forma de livro por seu fiel discípulo, Arthur Ramos, que também atualizaria a grafia dos mesmos.

Mas o livro circulou entre poucos, apesar de ter feito bastante barulho. Na época, o famoso antropólogo francês Marcel Mauss teria saudado, numa pequena resenha que escreveu para o *Année Sociologique* (1900-1901), a “elegante monografia de Nina Rodrigues” e elogiado a “detalhada liturgia fetichista”. Dizia Mauss: “transplantados para fora de

seu país natal, que é, na grande maioria, a nação ioruba, os negros atualmente católicos, da Bahia e seus arredores, oferecem um conjunto de cultos e crenças verdadeiramente extraordinário”.

No entanto, corria solto o boato acerca da saga dos livros de Nina Rodrigues, que muitas vezes ficavam presos no prelo e, quando não, acabavam por desaparecer. Mas esse rico universo do candomblé baiano, descrito com tanto rigor por Raimundo de Nina Rodrigues, pode agora ser mais facilmente descoberto por conta da nova edição de *O animismo fetichista*, recém-publicada na ocasião do centenário da morte do cientista. O livro apresenta a reprodução da versão fac-similar da obra e é organizado por Yvonne Maggie e Peter Fry, que convidam o leitor a adentrar nesse texto, todo feito de paradoxos.

Basta lembrar o pequeno trecho com que começamos esta resenha para entender a postura de seu autor. O médico diz assistir ao ritual bem próximo de uma porta, ou seja, nem dentro nem fora da cerimônia. Essa era exatamente a sua inserção ambivalente: definia-se como médico e, como tal, pretendia entender a possessão ou explicá-la como um caso típico de histeria dos negros e dos povos mestiçados. Porém, age como um etnógrafo que, munido de seu diário de campo, tudo anota. Além do mais, sua presença naquele recinto é igualmente ambígua. Tenta algum tipo de identificação com sua colega ao lado, que também se encontra em uma espécie de situação de liminaridade, mas é rapidamente reconduzido a seu devido lugar: o de dar logo alguma esmola para que a rapariga pudesse fazer sua festa de iniciação. Nina Rodrigues, como cientista experiente, conhece os nomes, é mestre na cerimônia e pretende controlar a situação – mas não a controla. Como diz em certo momento da narrativa: “longe do negro se converter ao catolicismo, é o catolicismo quem vem recebendo a imensa influência do fetichismo e se adapta ao animismo”.

Engana-se, porém, o leitor que pensa estar diante de um personagem qualquer, ou de um relato inocente. Nina Rodrigues era, nesse

momento, o mais reconhecido cientista brasileiro no exterior por conta de seus estudos nas áreas de criminologia e alienação. Sua tese geral era clara: os povos mestiços seriam mais dados ao desequilíbrio e, por isso, fadados a vícios e degenerações. Mais ainda: o país todo estaria condenado ao fracasso em função da mestiçagem extremada de suas raças.

Assim, a despeito de Nina Rodrigues ser hoje considerado o primeiro antropólogo brasileiro – sobretudo por causa de seu livro *Africanos no Brasil* –, ele é igualmente entendido como uma espécie de autor maldito: o médico que tratou de teorizar e defender a existência de diferenças ontológicas entre as raças presentes no Brasil, e, em especial, aquele que condenou a mestiçagem existente entre nós.

Por sinal, as ponderações desse cientista, mesmo em seu contexto, sempre foram consideradas paradoxais e de difícil doma. De um lado, era evidente a sua aceitação incontestada das teses do darwinismo social e da antropologia criminal. De outro, porém, é notável a tentativa de Nina Rodrigues em “pensar a diferença” e, mais ainda, nomeá-la e tentar entendê-la. É certo que o autor tomou medidas extremas quando em 1894, com a publicação de “As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil”, defendeu a existência de dois códigos penais: um para brancos, outro para negros. Mas o mesmo cientista que condenou a mestiçagem tomou o cuidado de anotá-la e de exaltar sua complexidade.

Também é preciso lembrar que Nina Rodrigues não estava isolado. O momento em que o médico escrevia e pesquisava era dado a determinismos de toda ordem: raciais, biológicos e até mesmo sociais. E ainda, nesse contexto, a ciência era entendida quase como uma missão, tal a maneira que se vinculava ao Estado, ou melhor, ao que considerava ser as necessidades prementes do Estado.

E Nina Rodrigues adotaria o darwinismo social de forma bastante radical, opondo-se ao evolucionismo e selecionando a criminologia italiana de Lombroso como modelo de análise. Diferente de seus colegas,

da Escola de Recife – especialmente Silvio Romero –, Nina Rodrigues negou o suposto evolucionista da “perfectibilidade”, ou seja, a noção de que a evolução era comum a toda a humanidade. Além do mais, ao conferir às raças humanas o estatuto de realidades estanques e ontológicas, passou a advogar que toda mistura de espécies era sinônimo de degradação e perversão.

Com sua posição extremada e pessimista, até para a própria época, Nina Rodrigues confrontou diretamente os colegas do Direito, responsáveis nesse período pela conformação do Código Penal, de 1894. Segundo ele, o Direito – nomeadamente o jusnaturalismo – apostava em concepções “ultrapassadas” (como a igualdade e o livre-arbítrio), que, segundo o médico, levariam ao obscurantismo. Acreditava que só os médicos teriam o controle sobre tais corpos doentes, porque mestiçados, e que, ao invés de investir na concepção de “igualdade”, era preciso reconhecer a “diferença” existente entre os homens. Isto é, apostar na concepção “moderna” da relatividade do crime e sua imputabilidade: certas raças seriam responsáveis; outras parcialmente; outras não.

Não por acaso, parte da “maldição” que recaiu sobre o autor adveio da leitura de seus estudos sobre criminalidade. “As raças humanas e a responsabilidade penal” (1894), “Negros criminosos” (1895), “O regicida Marcelino Bispo” (1899), “Mestiçagem, degenerescência e crime” (1899), entre outros ensaios, representam um momento importante na carreira desse médico, que entendia a criminalidade mestiça como uma particularidade do Brasil – uma nação evidentemente misturada não só em credos como em raças.

O suposto comum era o da “desigualdade entre os homens”, e o contexto não poderia ser mais revelador. Afinal, nesse momento, imediatamente posterior à abolição da escravidão e de inícios da República, o tema da cidadania e, portanto, dos direitos civis entrava na ordem do dia. Assim, e segundo Nina Rodrigues, se cabia aos “homens do Direito”

imaginar e garantir a igualdade, os “homens de ciência” tinham a responsabilidade de demonstrar o contrário: a panacéia do livre-arbítrio.

Estamos, porém, no caso do livro *O animismo feticista*, diante de um “outro” Nina Rodrigues. É fato que em seu prefácio de 1890 afirmava que seu trabalho era “uma contribuição ao estudo do vasto problema da influência social exercida pelas raças negras no Brasil”. O médico também considerava que a monografia ajudaria “a elucidar as graves questões sociais relativas ao nosso destino de povo em vias de formação”. O partido do cientista é que o brasileiro não constituía um povo acabado, por isso pedia por intervenção. Por fim, resumia: “minha ambição é ajudar a querida pátria”, com a medicina que aprendeu a fazer e realizar. Eis a posição do cientista de finais do século XIX: “previne” a sociedade e “age” diante do mal que a aflige.

Nosso médico parece carregar, dessa maneira, uma missão ao entrar nos terreiros e descrever rituais de candomblé. E o faz com maestria e profissionalismo: explica os cantos, as oferendas, as danças, os orixás; interpreta o lugar do feitiço e, sobretudo, analisa “o medo do feitiço”. É esse fenômeno que Nina Rodrigues quer entender, e é o incompreensível que pretende curar e sanar. Além do mais, retoma durante todo o livro três temas que lhe parecem fundamentais: a distinção entre africanos sudaneses e bantos, o sincretismo religioso e a constatação de que a crença encontra-se generalizada, chegando até a elite. Claro que Nina Rodrigues não foi o primeiro a perceber a abrangência dos cultos afro-brasileiros no interior da sociedade brasileira. Conforme mostram os organizadores dessa nova edição, nos contos de Machado de Assis ou mesmo no livro de Manuel Antonio de Almeida – *Memórias de um sargento de milícias* –, percebe-se como a crença alcançava também a alta sociedade, apesar de ser por ela descrita como uma prática imoral e supersticiosa. Mas se Nina não foi o único, sem dúvida, foi o primeiro a descrever, caracterizar e revelar a lógica desses rituais.

Por outro lado, o próprio médico dá mostras de sua “contaminação”. Seus informantes são amigos fazendeiros (que ouviram dizer), um açougueiro conhecido, um dono de mercado, pais e mães de terreiro, com quem parece conversar com frequência, ou, até mesmo, um colega bacharel em Direito. A técnica de Rodrigues é a do “relato verídico”. Frases do tipo “me disseram, me contaram, fui informado, declarou-me um negro” levam o leitor a crer no que está sendo descrito, e essa é a eficácia do ensaio. Por trás dele está o médico, que examina esses “nativos”, que são seus informantes mas também pacientes. Nina usa ainda a idéia de “evidência” em seu sentido retórico, uma vez que o texto incorpora todo o poder da imagem. O médico dispõe diante dos olhos do leitor uma realidade sem tempo ou lugar particular, como se estivesse ali testemunhando esse ritual tão distante quanto próximo, mas que pode estar prestes a desaparecer. Por isso, é preciso recolher, é preciso guardar.

Nina Rodrigues nos apresenta aos grandes terreiros de Salvador, entramos com ele no Gantois da virada do século XIX, compartilhamos do ritual, assim como reconhecemos a pureza das tradições africanas. Eis o paradoxo desse médico que ausculta o ruído e procura sanar o mal. O seu diagnóstico é interessante, mas o problema é o remédio que pretende prescrever. O Brasil seria marcado por uma série de culturas (para usarmos um termo mais recente que Nina não mencionaria), e sua complexidade e riqueza são dignas de elogio. Mas aí está, também, o homem de ciência que *precisa* diagnosticar. A histeria seria, portanto, uma forma de degeneração e a possessão sua manifestação mais usual? Parece que o cientista, nesse momento, perde suas certezas e passa a duvidar. *O animismo fetichista dos negros baianos* é um documento repleto de contradições: vivo na realidade que apresenta e que, desesperadamente, procura compreender. Nina Rodrigues, mesmo sem pretender, foi, sem dúvida, um grande leitor e intérprete de seu próprio tempo.